



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: CLAUDIO FONSECA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 30 de agosto de 2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Boa tarde a todos. Audiência publica convocada nos termos do parágrafo único do Art. 85, para tratar de assuntos de interesse publico relevante, a saber, a politica de alimentação escolar. Presentes os Srs. Vereadores: Arselino Tatto, Toninho Vespoli, Sâmia Bomfim e José Police Neto.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Culturas e Esportes, declaro abertos os trabalhos da 4ª Audiência Publica do ano de 2017, convocada para hoje 30 de agosto, nos termos do parágrafo único do Art. 85 do Regimento.

Informo que essa audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, links TV Câmara, Auditórios On-Line.

O tema da audiência de hoje é Alimentação Escolar. Para compor a mesa, foram convidados os Srs. Alexandre Schneider, Secretário Municipal de Educação; Patricia Oliveira Panaro, Coordenadora da Coordenadoria de Alimentação Escolar, da Secretário Municipal de Educação.

Informo, para iniciar nossos trabalhos, que nos termos do Art. 86, paragrafo 2º, do Regimento, o nosso convidado, Secretário Alexandre Schneider, que terá 20 minutos iniciais para fazer. Suas considerações sobre o tema Alimentação Escolar, convocada, não só para responder as noticias relacionadas a fornecimento de alimentação escolar, as noticias relacionadas a possível redução ou não repetição da merenda escolar, mas não só ppr isso, cabe e compete à Comissão de Educação, debater, discutir, e sempre que necessário convidar e quando negado o convite, convocar, o Secretário, as autoridades para falar sobre os temas. Não é o caso do Sr. Secretário Alexandre Schneider que comparece, já esse ano, pela segunda vez, sempre a convite, sempre demonstrando interesse em esclarecer os assuntos que são relacionados a sua pasta, não necessariamente à educação, mas aquilo que está como atribuído, como competência da Secretário Municipal de Educação.

Com a palavra o Sr. Secretário Alexandre Schneider.

O SR. ALEXANDRE SCHNEIDER – Boa tarde a todos, Sras. e Srs. Vereadores,

cumprimento-os na figura do Presidente da Comissão de Educação, Culturas e Esportes, nobre Vereador Claudio Fonseca, meus colegas de Secretaria, professores, diretores, comunidade aqui presente. Uma apresentação rápida sobre alimentação escolar, sobre, como ela está organizada, as questões que surgiram nos últimos dias, e dizer inicialmente que essa é uma política de estado. Não de governo. Quando olhamos a história da alimentação escolar no Município de São Paulo, vemos que há um caminho vindo nos últimos 20 anos, que tem uma sequência bastante lógica de melhorias contínuas a cada gestão.

Falar para os senhores de como ela está composta. A rede tem três formas de gestão da alimentação escolar. 1750 em escola conveniada, recebe alimentação diretamente e a alimentação é produzida nas unidades. Temos o sistema terceirizado, que é o objeto dessa última discussão, são 995 escolas, é uma terceirização total onde a empresa compra os insumos e onde a empresa produz e cuida da cozinha integralmente e a mista, como o próprio nome diz, é algo intermediário. A Secretaria compra os alimentos e eles são produzidos por uma empresa que é responsável pela cozinha. Diariamente são servidos cerca de dois milhões de refeições.

Aqui é o mapa dos terceirizados, depois a disposição da comissão, dos Srs. vereadores, da população, mas vemos que um pedaço da Cidade de São Paulo, não tem nenhuma terceirização direta.

Aqui um pouco histórico desse contrato. Havia um contrato de 2011, de terceirização, esse contrato ele seria substituído em 2015 em pregão que já alterava a qualidade dos produtos, a substituir alimentos, alterava o esquema alimentar nos CEIs e dava ênfase para repetição das refeições principais e das sobremesas, já em 2015. Esse edital foi publicado e foi cancelado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, porque a época ele suspeitou que houve um conluio entre as empresas prejudicando administração, ele retirou. Esse edital, foi novamente lançado em novembro de 2016, e é esse edital que deu de novembro de 2016, é feito a este contrato que foi assinado e que começou a ser colocado em

pratica no último mês. Está fazendo um mês agora, desse contrato que vem desse edital de novembro de 2016.

As mudanças realizadas nesse edital muda o esquema alimentar. Vamos mostrar mais para frente. Melhora o padrão de qualidade dos alimentos servidos, altera e melhora os cardápios. É importante dizer o seguinte: dois terços da Cidade de São Paulo, são servidos por merenda direta nos convênios ou alimentação escolar mista. Essas mudanças desse edital, que cuida de um terço da Cidade de São Paulo, já foram feitas em agosto do ano passado. Para essas escolas servidas pela merenda mista e pela merenda direta, as mudanças no cardápio e as mudanças na forma de servir, no esquema alimentar, aquilo que pode ou não repetir, já existe desde o ano passado em dois terços das escolas.

Aqui as melhorias de qualidade que ocorreram, algumas desde o ano passado, outras agora. Então foi eliminada a salsicha, o composto lácteo, néctar de frutas, a substituição por bolo integral, a inclusão de um tipo de carne, leite integral com café solúvel, suco de fruta ou suco de uva integral no lugar do néctar e o macarrão integral.

Aqui é o cardápio, é difícil de ler, mas enfim, é o cardápio dessa semana, que pode ser, neste momento, o cardápio ainda está no site da secretaria ou no Diário Oficial, mas vai estar, a partir de outubro em um aplicativo que vai estar à disposição dos alunos, dos educadores, dos pais e da sociedade, para verificar, para poder tirar foto, para poder publicar isso livremente para que possamos fiscalizar as nossas empresas além do sistema de fiscalização tradicional. Vemos, que no caso, das EMELs e da EMEFs a gente começa com um lanche e tem uma refeição principal. É bem diferente de outros lugares do Brasil e até aqui perto, outras redes aqui, por exemplo, tem uma alimentação só, a famosa merenda seca, inclusive, coisa que a gente já abandonou a muito tempo no Município de São Paulo. e no caso do CEIs, são cinco refeições diárias para dez horas, e a principal substituição que ocorreu foi na colação a mudança do suco pelas frutas que é bem aceita em alguns lugares e não é tão bem aceita, em outros lugares e as nossas nutricionistas estão em campo para verificar isso.

lembro que esse contrato, ele existe, ainda não completou um mês. Resolvemos seguir adiante com uma licitação, começou na gestão passada, porque entendemos, que em linhas gerais era uma boa proposta, a gente entende que é uma boa proposta mas o que possa ser aperfeiçoada, mas entendemos, que o que estava planejado, estava bem feito.

A fiscalização quem é da rede já sabe, mas em fim, tem gente aqui que não é da rede, provavelmente, os diretores das escolas são os responsáveis, por fiscalizar o cumprimento do cardápio, as quantidades servidas, a qualidade e apontar se aquilo que foi servido do ponto de vista da quantidade e da qualidade, ele está de acordo com aquilo que estava previsto. Apontar, inclusive, para eventualmente gerar penalidade das empresas, ou multas para as empresas que prestam serviços na Prefeitura do Município de São Paulo. os nutricionistas de campo, aspectos sanitários e higiênicos, condições de armazenamento, asseio. Há uma coleta de alimentos de tudo que é servido é coletado e tem de ficar 96 horas para fiscalização e o conselho de alimentação escolar que é um órgão constituído por profissionais da rede, por pais, por educadores, e pela sociedade. Quer dizer faz a fiscalização da alimentação escolar, dos recursos, daquilo que é servido.

Aqui é agricultura familiar. A primeira compra foi feita em 2012, aqui são os produtos que fizemos chamada pública de agricultura familiar esse ano. Têm chamadas públicas abertas esse ano, para esses produtos da agricultura familiar.

Aqui os Orgânicos. temos uma lei dessa Casa, primeira proposta do nobre Vereador Natalini, ela foi vetada, depois Natalini, Ricardo Yang e Nabil fizeram outra proposta ai ela foi aprovada ano passado e aqui temos os produtos. A Prefeitura do Município de São Paulo, desde 2015, só comprou arroz. Mas temos chamadas abertas e espero poder comprar esses produtos aqui ainda esse ano para ampliar a pauta de orgânicos que é servido em nossas escolas. Mas até o momento, de 2015 para cá, inclusive na nossa gestão, a compra foi só de arroz orgânico. Abrimos essas chamadas. Está também em processo de negociação com as empresas terceirizadas totais, que compram os alimentos para inclusão de orgânicos nos

alimentos que eles compram e servem para os nossos alunos. Como eles têm 1/3 das refeições sob responsabilidade deles, para que eles possam também contribuir para garantir a meta de orgânicos da lei municipal.

Esse é um quadro do Orçamento. Temos uma execução, aquilo que foi liquidado e pago este ano. Então o que tem de diferente em relação ao ano passado é que conseguimos liquidar e pagar mais com recursos do Governo Federal, porque a Prefeitura teve problemas na prestação de contas nos últimos quatro anos com o Governo Federal, e teve uma série de recursos que não chegaram. Fizemos um mutirão com a mesma equipe que estava lá, e conseguimos trazer um volume maior de recursos a partir da liberação daquelas glosas que foram feitas nos últimos quatro anos. Então gastamos, no primeiro semestre deste ano, cerca de 8% a mais do que no ano passado, e o grosso desse aumento foi com recurso do Governo Federal. O grosso do recurso do Tesouro é utilizado para os contratos de terceirização – compras de alimentos são feitas, na sua maioria, com os recursos do PNAE, do Governo Federal.

Aqui, as multas que recuperamos: até o momento, 12 milhões de reais em multas, de apontamentos que os diretores das escolas fizeram nos últimos quatro anos, e que não geraram uma penalização das empresas. A Secretaria da Fazenda montou uma força-tarefa especial, levou até o Departamento de Merenda, junto com a Controladoria, para fazermos essa fiscalização. Fizemos um mutirão e recuperamos para os cofres públicos já quase oito milhões de reais de penalidades que não foram aplicadas, embora apontadas, nos últimos quatro anos. Tem mais quatro milhões de reais, e ainda tem mais processos de penalidades que são apontadas muitas vezes na própria escola, mas que não seguiram adiante, as empresas não pagaram pelos seus erros, e estamos cobrando todas as empresas para que façam isso. Porque também não adianta o diretor, na escola, na ponta, dizer que o serviço foi mal feito, ou está em desconformidade, se gerar uma penalidade que não existe; quem não é púnico acaba não cumprindo com aquilo que deve cumprir. Então já recuperamos oito milhões

de reais, e vamos recuperar mais do que esses 12 milhões de reais que já estão apontados de multas que deveriam ser aplicadas nos últimos quatro anos, e não foram. Vamos lá.

Aqui é mais ou menos como eles encontraram as penalidades – fechadas numa sala no Departamento de Merenda.

As ações que estão em andamento por conta de todas essas questões que surgiram e que são importantes. Embora 2/3 da cidade já estivesse sob as mesmas regras no ano passado, um 1/3 é muito. É muita gente que foi sujeita a essa mudança no esquema alimentar com esse novo contrato. Então os nutricionistas foram às unidades escolares, e estão avaliando *in loco* a recepção ao novo cardápio, para verificar. Tem muitas questões ainda, especialmente no seis, em relação à organização disso.

A elaboração de um guia de alimentação saudável para orientação das equipes escolares, dos pais e dos alunos. Um site que deve sair essa semana, de transparência da alimentação escolar, com todos os dados. Vamos ter lá todas as refeições, todos os cardápios nos últimos dez anos, a média de refeição diária dos últimos dez anos, todos os editais de licitação, todos os contratos, a execução orçamentária dos últimos dez anos. Para quem quiser olhar e verificar se aquilo que aparece na internet, ou aquilo que aparece no jornal é verdade ou não, vá na fonte e possa fazer. Nenhum lugar do Brasil tem uma abertura de dados como a gente vai promover agora. E o aplicativo, que se chama Prato Aberto, onde pais, alunos, professores e diretores de escola terão a possibilidade de acompanhar o que é proposto e está sendo serviço, na sua quantidade, na qualidade, com foto, com vídeo, e isso tudo vai ser aberto para o acompanhamento da população. Esse aplicativo vai ser lançado em outubro. Mas essa página, já, com os dados de transparência, já vão ser lançados essa semana.

Esse é o aplicativo. Ele foi desenvolvido dentro do nosso programa de Governo Aberto; chama-se Pátio Digital. Dentre outras coisas, fazemos concursos para equipes que queiram desenvolver sistemas em código aberto para apoiar problemas que nós temos. O primeiro foi a questão da merenda, resolver problemas que nós temos na educação. Isso foi

lançado esse ano, em março, esse programa. Junto com a Unesco, a gente faz a seleção e premia as equipes vencedores. Esse programa desenvolvido não pode ser vendido. Ele é utilizado pela Secretaria de Educação, e ele pode ser utilizado por qualquer outro ente público, porque entendemos que o dinheiro público não precisa ser gasto duas vezes. E, aqui, pais, alunos, educadores, sociedade, vão poder ter, inclusive, dados, vão poder fazer críticas, sugestões, denúncias, e vão poder, inclusive, interagir com um robô no Facebook e nos aplicativos de mensagem, recebendo o cardápio de manhã, no seu celular, ou no seu computador, colocando sugestões, reclamações. Isso tudo vai direto para o departamento de alimentação escolar da Prefeitura.

Aqui, fotos que as escolas nos enviaram, ou dos nossos diretores regionais, que também foram para a rua acompanhar a alimentação. Temos várias escolas com vários projetos importantes na área de alimentação escolar, porque isso é pedagógico.

Aqui, o caderno que está sendo montado para os pais, para os educadores e para os profissionais, para que eles possam compreender como é que se organiza a alimentação escolar na escola, possam nos cobrar, nos fiscalizar. O programa de Hortas Pedagógicas, que é um programa que já tem mais de dez anos, já atinge, hoje, 351 escolas, e vai chegar a 510, sendo que vamos ampliar para mais 80. E a ideia, até o fim da gestão, é termos compostagem em todas as escolas, e ter hortas escolares em todas as escolas cujos prédios são nossos.

Enfim, essas são as medidas principais. Antes de me despedir, quero reafirmar o que eu disse antes: essa é uma política que não começou nesta gestão, não começou não anterior, nem na anterior à anterior. Quem conhece a política de alimentação escolar na cidade de São Paulo sabe que hoje é muito melhor do que ela era há cinco anos; no ano passado, era muito melhor do que era na gestão anterior; e na gestão que veio antes da anterior também. Temos um processo de melhorias contínuas, porque temos funcionários públicos que estão por trás disso. Não é o Secretário, não é o Prefeito, são funcionários públicos muito valorosos no Departamento de Alimentação Escolar, nas Escolas, nas Diretorias Regionais, e isso fez com

que saíssemos de um passado não tão recente, que comíamos carne em lata, para substituir a salsicha, para ter suco integral, para ter uma série de coisas que não imaginávamos ter há cinco, dez anos atrás na alimentação escolar.

Tomamos a decisão de manter o edital de licitação que foi feito pela gestão anterior à nossa porque entendemos que ele era bom, que é esse que gerou esse contrato. Nós entendemos, a equipe técnica entendeu que era bom. E sabemos que, como tudo, podemos melhorar e aperfeiçoar. Por isso, temos nutricionistas na rua, diretores regionais na rua, supervisores escolares na rua, uma linha direta com profissionais da educação – não precisamos de intermediários entre nós e profissionais da educação. A gente vai às escolas, as escolas vêm até nós. As pessoas têm, inclusive, o meu telefone pessoal. Isso para que possamos verificar o que está acontecendo. E vamos abrir mais: colocar os contratos, os editais, os valores gastos, vamos abrir o histórico todo – o que comprou, quando comprou, o que fez –, para que as pessoas possam comparar. Também vamos disponibilizar a média de refeições servidas diariamente, com um histórico de dez anos, para que as pessoas possam ver se serviu mais, se serviu menos, como foi. Com isso, visamos garantir que a sociedade possa nos cobrar. Essa audiência é mais uma oportunidade, inclusive para estarmos aqui.

Agradeço o convite. E espero levar mais sugestões de melhoria do nosso processo de alimentação escolar.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Secretário, V.Sa. está terminando a primeira parte, e aproveitando as notícias que circularam muito, eu soube que o senhor foi àquela escola onde as crianças aparecem marcadas. Eu gostaria de ouvir sobre isso, para concluir o seu raciocínio. Foi um assunto muito presente, então eu gostaria de ouvir.

O SR. ALEXANDRE SCHEINDER – Eu fui a essa escola; eu soube disso por um *site*; depois, por uma notícia no jornal, que ganhou bastante repercussão. E eu conheço a diretora, já tinha estado nessa escola este ano mesmo. É uma pessoa pela qual eu tenho muito respeito, inclusive. Ela escolheu estar nessa escola porque é uma área vulnerável da cidade, e

ela queria trabalhar lá. O que ela me disse, e que eu acredito, é que era uma prática que existia desde o ano passado, para organizar a fila, porque havia crianças que passavam na frente das outras.

- Manifestação do público.

O SR. ALEXANDRE SCHEINDER – Eu acho que comparar uma diretora de escola com Hitler não é razoável, eu não aceito isso, você me desculpe. Não, desculpe, isso é um desrespeito.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Pessoal, as pessoas que quiserem falar podem se inscrever. Nós vamos ouvir o Secretário, depois as várias pessoas inscritas. É uma audiência pública, e o público será ouvido, ok?

O SR. ALEXANDRE SCHEINDER – Ela não está aqui para se defender.

- Manifestação do público.

O SR. ALEXANDRE SCHEINDER – Mas não sou eu que faço os convites.

Foi o que ela me disse, e eu acredito.

- Manifestação do público.

O SR. ALEXANDRE SCHEINDER – Ela me disse que era para organizar a fila.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Eu vou repetir, Secretário: o senhor pode utilizar o seu tempo, e, depois, as pessoas interessadas podem se inscrever para falar.

O SR. ALEXANDRE SCHEINDER – Só para terminar, Vereador, respondendo ao senhor: foi o que a diretora me disse. Essa diretora, inclusive, está respondendo a um inquérito do Ministério Público por conta de tudo que se fez em torno disso. E eu não sou juiz, eu sou Secretaria de Educação, e eu acredito no que ela disse. Enquanto não for apurado, eu não vou acusar ninguém, não é o meu costume.

Eu acho que essa não é uma prática adequada, eu já me expressei sobre isso publicamente. Mas estou respondendo o que ela disse: que essa prática já existia desde o ano

passado.

- Manifestação do público.

O SR. ALEXANDRE SCHEINDER – Não está sofrendo processo administrativo por conta disso. Está sendo feita uma averiguação na Prefeitura, e ela está sofrendo, sim, porque nós recebemos lá, um inquérito do Ministério Público por causa disso. E se ela precisar de defesa, eu vou ajudá-la na defesa.

- Manifestação do público.

O SR. ALEXANDRE SCHEINDER – Se ela estiver certa, eu vou defendê-la. Não acho certo marcar, mas foi um erro.

- Manifestação do público.

O SR. ALEXANDRE SCHEINDER – Quero só terminar.

Quero dizer o seguinte: eu não acho certo marcar. Eu pedi à área da Secretaria responsável para que abrisse um procedimento...

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Por favor. Vou repetir... Por favor, não é para ficar quieto, pode falar, mas tem uma organização. Você pode se inscrever e falar. Agora, eu acho também que é necessário ter respeito às pessoas.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Por favor. Não, precisa deixar aos outros para deixar acabar. Se você já permitir, já está de bom tamanho.

Por favor, Secretário. (Palmas)

O SR. ALEXANDRE SCHEINDER – Então só terminar, Vereador, dizendo o seguinte: foi o que ela me disse. Eu acredito que as pessoas todas têm o direito de se defender. Se ela estiver errada, ela vai pagar por isso; se ela não estiver errada, ela não vai pagar por isso. Agora, culpar alguém antes do devido julgamento eu acho que não faz parte do regime democrático, eu não concordo com isso, essa é a minha posição e será sempre.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Consulta a coordenadora da Coordenadoria de Alimentação Escolar se quer fazer uso da palavra. Está à disposição.

Antes, porém, quero anunciar os Vereadores que estão participando desta audiência pública: a Vereadora Adriana Ramalho; a Vereadora Ruth Costa, Presidente da Comissão da Saúde, que faz a reunião em conjunto conosco; presente também os Vereadores Rodrigo Goulart, Milton Ferreira, Dalton Silvano, Eduardo Suplicy e Ricardo Nunes.

Tem a palavra a Sra. Noemi Nonato, presente.

Tem a palavra a coordenadora de alimentação escolar. E, na sequência, temos 22 inscritos. Vamos ouvir três pessoas inscritas, e vamos intercalando com os Srs. Vereadores, senão a audiência pública não cumpre a sua missão de ouvir o público. Então vamos começar ouvindo o público inscrito, as pessoas inscritas, e vamos alternando com os Vereadores, ok?

Pois não, a Sra. Patrícia.

A SRA. PATRÍCIA – Boa tarde a todos. Como eu já fui apresentada, eu sou a Patrícia, coordenadora da alimentação escolar, nutricionista. Acho que o Secretário fez uma boa explicação de toda essa polêmica que estamos vivenciando nos últimos dias.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Só um minutinho, Sra. Patrícia.

Quero anunciar que estão encerradas as inscrições. Essa audiência pública encerra-se exatamente às 15h, quando começa o trabalho de plenário – não é porque nós queremos, é regimental.

A SRA. PATRÍCIA – É rápido, gente, só para entrarmos no mérito da questão técnica.

Eu, como nutricionista, em nome de toda a Coordenadoria, dos nossos nutricionistas, gostaria de dizer que, como o Secretário contou, é um edital que está sendo pensado, planejado, desde 2014. Nós estamos atendendo recomendações de saúde, recomendações da Sociedade Brasileira de Pediatria, as determinações do Guia Alimentar para a População Brasileiro. Então temos bastante respaldo nessas mudanças que esses

edital proporcionou agora, na assinatura dos contratos. Então só reforçando: iniciamos essa construção do TR em 2014; desde então, ele vem sofrendo alguns entraves para ter os seus contratos assinados, homologados, enfim. Então só homologamos e assinamos agora, em julho de 2017.

Também gostaria de reforçar que toda a alimentação escolar, hoje, como o Secretário citou, as cinco refeições de creche e as duas refeições de EMEI e EMEF, nós temos uma exigência, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, de, no mínimo, para EMEI e EMEF, 30% das necessidades diárias serem atendidas durante o período escolar. Hoje, atendemos, em EMEI a EMEF, de 30 a 50%, na permanência do horário escolar, com as duas refeições. E, nas creches, onde temos exigência mínima de atendimento de 70% das necessidades diárias, ou seja, valores de macronutrientes – proteínas, lipídios, carboidratos, valor calórico e todos os micronutrientes –, atendemos de 70%, que é o mínimo, a 90%.

Para fechar a minha fala, gostaria de dizer que os nossos cardápios são calculados, são acompanhados pelos nutricionistas, são feitos com todo esse cuidado, para, no mínimo, atendermos a legislação, e atendemos muito mais.

É isso, por enquanto.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Então, tendo ouvido o Secretário, e também a coordenadoria de alimentação escolar da Secretaria Municipal de Educação, nós vamos ouvir o primeiro inscrito.

Vamos ver se é possível fazermos uma mediação, de modo que mais pessoas possam falar. Temos 22 pessoas inscritas. Se usarmos três minutos para cada um, não falam todos. Se usarmos dois minutos, também não vão falar todos, mas falarão um número maior de pessoas.

Podemos fixar dois minutos para cada um?

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Há concordância. Então vamos

restringir a dois minutos para cada um.

A primeira inscrita é a Sra. Marli Maria Pereira.

A SRA. MARLI MARIA PEREIRA – Boa tarde a todos.

O meu nome é Marli Mari Pereira; sou munícipe, nascida e criada na cidade de São Paulo, capital; professora com nível superior pela Universidade de São Paulo e pós-graduada pela Faculdade de Campos Elísios.

Eu venho a esta Casa, local de debates, discussões, a fim de propor medidas e decisões úteis e importante para todos os cidadãos dessa cidade, com o intuito de promover uma vida melhor, mais saudável e produtiva, e, assim, sanar as diferenças de classes sociais, que tanto distancia uns dos outros.

Aproveitando o tema a ser discutido a respeito da merenda escolar, que muito tem a ver com a saúde, educação e qualidade de vida, e, portanto, um futuro melhor, pois incide diretamente na alimentação de nossas crianças e jovens, solicito a palavra, pois sou professora, educadora e ingressei como professora de educação infantil e ensino fundamental um, na rede municipal de São Paulo, no dia 23 de maio de 2002, como professora contratada e temporária e no dia 12/08 do mesmo ano tomei posse como titular de cargo e funcionária efetiva após ter sido aprovada em concurso público de provas e títulos cuja classificação foi 642, tendo concorrido com mais de 10 mil candidatos. No decorrer do ano de 2013, por ter sido envolvida em processo administrativo numa escola municipal da DRE do Butantã, um processos cheio de vícios, falhas, erros e discriminações, e aos poucos gerando sérios danos à minha saúde e atuação profissional, porque o ser humano vai ficando totalmente doente quando se vê agredido psicologicamente sem proteção e auxílio local de trabalho.

No dia 3/09 eu tomei a minha demissão via *Diário Oficial* após 15 anos de trabalho. Vou tentar resumir aqui, tenho comigo vários abaixo-assinados...

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Você pode encaminhar por escrito,

concluído o seu tempo, por favor.

A SRA. _____ – Eu venho aqui na presença do Sr. Secretário, que é Presidente do Sindicato, Claudio Fonseca...

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Eu estou aqui na posição de Vereador.

A SRA. _____ – E também o senhor é Vereador e Presidente do Sindicato também e o Sr. Secretário da Educação...

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – A audiência pública atende ao Regimento, convocado...

- Manifestação simultânea.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Gente, não adianta aplaudir quando a pessoa estoura o tempo porque ela não está respeitando a regra que todas aceitaram. Se concordam com dois minutos.

Tem a palavra o Sr. Cícero Santana da Silva.

O SR. CÍCERO SANTANA DA SILVA – Boa tarde a todos. Parabenizo a todos os Vereadores aqui da Casa, 55 Vereadores. A gente conta com o apoio de todos os Vereadores para trabalhar com o coração nessa casa, para ajudar as crianças carentes que necessitam da merenda, tudo o que for de bom para melhorar, para ampliar, para ser melhor para as crianças é muito importante. Eu conto com o apoio de todos, todos os Vereadores da Câmara dos 55 Vereadores do estado de São Paulo e também estou pedindo que todos os Vereadores ajudem as pessoas carentes, que necessitam de moradia para poder regularizar esses imóveis que estão abandonados. Trabalhem com o coração, pensem nas pessoas humildes, com o poder de todos os Vereadores de São Paulo para poder ajudar as pessoas humildes e regularizar os imóveis, mesmo que estejam abandonados e as pessoas, não deixem as pessoas na rua.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra a Sra. Roseli Augusto.

A SRA. ROSELI AUGUSTO – Boa tarde. Quero aqui representar todas as mães que passam necessidades. Essa São Paulo que recebe Bolsa-Família. Tenho quatro crianças em casa e recebo 150 reais de Bolsa-Família, juntamente como o Loas, porque tenho criança deficiente. Então, eu quero dizer Sr. Secretário, que você disse uma barbaridade. Há cinco anos, a merenda não estava tão boa, esqueceram de falar, que o leite é uma merenda, é um complemento de merenda porque o leite. Sou eu que durmo com criança chorando, mãe cadê o leite? Eu já falei menina, não tem mais leite 7,8, 10 e 12 anos não são crianças? Os médicos falam que crianças até 12 anos precisam de leite. Tem gente aqui que não sabe da minha vida, mas eu como na rua, o dia que as minhas crianças vão para a escola, eu dava graças da Deus, minhas filhas vão comer, eu vou esperar à noite para comer na boca de rango. Quem não sabe o que é boca de rango aqui, eu vou falar, é comida doada por ONG, certo.

A merenda escolar incluía o leite também. As minhas filhas comiam mingau, doação de cesta básica, eu fazia mingau, misturava fubá, misturava pão, A merenda é fundamental, a merenda é fundamental para o pobre. O Doria está cortando todos os benefícios que vêm para o pobre. Desculpe-me, Secretário, quando o senhor tomar o seu leite, secretariazinhas, quando tomarem leite, se lembrem de que a criança precisa mais do que vocês.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra a Vereadora Rute Costa.

A SRA. RUTE COSTA – Quero cumprimentar a Mesa, cumprimentar a todos que vieram aqui hoje, quero dizer da importância dessa reunião aqui, dizer para vocês que esta Casa sempre vai estar aberta para o povo e a gente sempre vai escutar vocês, os Vereadores estão aqui para isso. Não quero estender na minha fala porque sei que posso entrar no gabinete do Secretário a hora que eu quiser, então, minha fala vai ser muito curta porque quero ouvir vocês. Sei da importância da merenda, sei que para muitas crianças é a única alimentação balanceada do dia, então existe essa questão muito grande para saber da merenda. Acho importantíssima essa reunião e quero muito que todas as dúvidas sejam

sanadas aqui.

Obrigada a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra o nobre Vereador Arselino Tatto.

O SR. ARSELINO TATTO – Boa tarde, Sr. Secretário, boa tarde educadores e educadoras que aqui estão, é importante ouvir a população que veio nos prestigiar hoje. Vou deixar depois, por escrito, para o Secretário algumas perguntas, mas basicamente são essas. Quais são as estratégias da Secretaria para combate à obesidade infantil, dado que os atuais cortes de lanches industrializados não estão sendo devidamente acompanhados por ações de educação alimentar nutricional junto à comunidade educacional? A repetição das refeições principais e das frutas não está sendo estimulada e o setor dedicado ao planejamento da estratégia global do Conan foi dissolvido. A Prefeitura dará continuidade ao projeto de hortas escolares orgânicas em conformidade com a lei 16.140/15. Por que o programa Na Mesma Mesa estratégia de compartilhamento de refeições entre alunos e educadores foi interrompido? Existe alguma avaliação dos resultados dessa estratégia? Em uma eventual retomada, como ficaria este projeto nas escolas que possuem alimentação terceirizada? Sobre o prêmio educação além do prato, que fomentou com sucesso o debate sobre alimentação saudável na rede alguma perspectiva de retomá-lo? De 2013 para cá, vínhamos crescendo na construção de uma relação que continuamente privilegiasse os alimentos in natura e reduzisse continuamente os ultraprocessados, em 2015, chegamos a 85% *in natura* como o governo pretende garantir que essa relação no mínimo se mantenha?

Vou deixar essas perguntas para o Sr. Secretário. Se puder fazer a gentileza depois de responder por escrito, que eu sei que o tempo é exíguo, e o senhor respondeu com propriedade sobre a questão a criança que foi marcada, mas faça um trabalho no sentido de que isso não ocorra mais na nossa cidade. É extremamente vergonhoso o que aconteceu. Gostaria que o senhor deixasse bem claro se houve ou não o corte na merenda escolar.

Porque todo o lugar que a gente vai na periferia, e a gente anda muito, não só durante a semana, mas no sábado e no domingo, de 10 mães pelo menos seis ou sete reclamam que houve uma diminuição na merenda nas escolas de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra a nobre Vereadora Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Boa tarde a todos, cumprimento o Secretário, a coordenadora da alimentação escolar, saudar a todos os presentes, mães, pais, professores que estão aqui muito preocupados com o tema do racionamento da merenda em algumas escolas da Cidade. Primeiro eu queria fazer um apontamento sobre esse espaço, da necessidade de a Câmara oferecer creche, principalmente, e em audiência pública, porque é natural que apareçam muitas mulheres e mães e muitas vezes não podem participar politicamente do espaço porque tem de cuidar dos seus filhos e deveria ser um papel da Câmara Municipal. Acho que é muito importante que a gente tome providências nesse sentido para que isso não se repita mais.

Teve um corte de 28,5% da Educação esse ano, a partir da gestão Doria. A minha pergunta é qual foi a consequência que isso teve na alimentação escolar, tendo em vista a reclamação de muitos pais e mães de alunos que recebemos todos os dias no gabinete, com fotos, com reclamações, apresentando foto do prato da merenda do filho, dizendo que apesar de a legislação municipal e nacional prever uma alimentação saudável, muitas vezes só chega na escola alimentos ultraprocessados, muito açucarados, gostaria de saber qual foi o impacto real que isso teve na alimentação escolar, porque provavelmente teve algum reflexo tendo em vista que teve reflexo em brinquedotecas, bibliotecas, compra de uniformes, material escolar e tantas outras coisas.

Outra pergunta. Sei que existe uma sobrecarga real dos professores em sala de aula e também existem pouquíssimos nutricionistas em São Paulo para dar conta do acompanhamento da alimentação escolar. Por exemplo, na DRE Butantã existem quatro

nutricionistas, sendo que são 150 escolas. Com essa falta de profissionais, de contratação, de convocação, via concurso público, como é que vai se dar conta de ter uma adequada educação e acompanhamento da nutrição e alimentação escolar nas escolas porque a nossa legislação é muito boa, muito interessante, feita com bastante controle social, afinal de contas as nutricionistas, mães e pais de alunos, lutaram muito para conseguir alcançar essa legislação, porém isso não chega na ponta, na base, e há muitas mães e pais que dependem da merenda porque não têm dinheiro para comprar comida, mas infelizmente, não está chegando da forma, com a qualidade e com a quantidade que deveria chegar nas escolas e a gente precisa tomar providências urgente sobre isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra o Sr. Alexandre Schneider.

O SR. ALEXANDRE SCHNEIDER – Quero cumprimentar a Marli e o Cícero que fizeram as duas primeiras intervenções, que não tem a ver com a agenda de hoje. A Roseli, pediu para agente pegar os dados da Roseli e verificar porque Bolsa-Família tem direito a Leve-Leite. Está inclusive no decreto.

Cumprimentar a Vereadora Rute Costa e agradecer os comentários, falar um pouco, fazer um diálogo com os Vereadores Arselino Tatto e Sâmia Bomfim. Em relação à questão da alimentação escolar, como já coloquei, a gente está continuando uma política e a política que veio antes da gente continuou uma política que veio antes dela. Quem conhece a alimentação escolar em São Paulo sabe que existe essa continuidade. Quem está na escola sabe que existe essa continuidade, então, esse edital que gerou o atual contrato que nós estamos discutindo foi lançado em novembro do ano passado. E foi fruto de outro edital que foi lançado em 2015, é um Ctrl C, Ctrl V, como as pessoas dizem, é uma cópia. O termo de referência é igual. É uma política que vinha da gestão anterior e acho que a política é boa, não por acaso, mantivemos. Não tenho obrigação só porque eu sou de uma outra gestão a acabar

com as coisas que os outros fizeram que eu acho boas. Esse caso foi típico.

O que a gente vai fazer e é por isso que os nutricionistas estão na rua, vamos verificar se há coisas que podem ser melhoradas e elas podem ser melhoradas. O contrato tem um mês. Embora nas unidades e os diretores, gestores e professores que estão em unidades mistas e conveniadas podem confirmar, nestas unidades desde agosto do ano passado isso foi feito e não houve essa questão, não foi tão candente, esse edital complementa essa política e a gente vai verificar. Se precisar mudar alguma coisa, mexer em alguma coisa, nós vamos mexer. Os nutricionistas estão em campo para isso, a gente veio aqui para isso: ouvir as pessoas, não só os Vereadores, e estamos na rua ouvindo as pessoas para verificar o que pode ser mudado.

O contrato vai completar um mês agora. A questão das hortas, é um projeto que existe nas escolas há muitos anos, se transformou em lei em 2015, ele vai continuar, é um projeto importante e já fizemos um acordo inclusive com o Secretário Bruno Covas para que a gente leve a compostagem para todas as nossas escolas, que é uma questão relevante e importante, educação ambiental, que se soma ao projeto das hortas, e que também ajuda a gente a melhorar a questão dos gases de efeito estufa em São Paulo.

O programa Na Mesma Mesa no fim do ano passado a comissão do programa se desfez, mas ele vai ser retomado. Eu procurei todos os ex-Secretários antes de assumir, inclusive, o Chalita, que foi o principal Secretário da gestão anterior, o principal conselheiro do Fernando Haddad na área da Educação e a primeira coisa que o Chalita me disse foi que esse programa era muito bom e é muito bom, a gente precisa retomar. Acho ele muito positivo, acho mesmo. Ele não estava nas unidades terceirizadas, a gente vai ter que ver como fazer para entrar nas unidades terceirizadas, mas ele é muito bom esse programa e deve ser retomado.

O prêmio eu preciso ver, porque eu acho que o último prêmio foi dado em meados ou fim do ano passado, preciso ver como fazer.

A questão dos alimentos in natura esse edital está em linha com essa política. Muitos alimentos in natura foram colocados na pauta. A troca dos alimentos ultraprocessados por alimentos in natura, acabou a salsicha, macarrão integral, enfim. Muitos dos problemas que estamos encontrando, inclusive, são por causa dessa mudança, porque é outro tipo de alimento, havia outro costume. E vamos continuar essa política, volto a dizer, é uma política de Estado.

Compra da agricultura familiar, mostrou ali, temos já uma série de produtos na pauta da agricultura familiar. E orgânicos também, que não estava na sua questão, também vamos tentar ampliar a pauta de orgânicos. Até hoje a Prefeitura só conseguiu comprar arroz, por causa de questões burocráticas e não porque não se queria fazer.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - Compramos o arroz, não compramos
Patricia?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - Mas não está parado. Posso depois pegar o teu contato e respondo pessoalmente. Se estiver parado a gente manda andar. Estou respondendo agora que não está parado.

A questão da repetição da refeição principal, das frutas, verduras, é liberada como assim é nas unidades mistas. O que foi restrito e se isso não estiver acontecendo em qualquer unidade nossa, o Diretor ou Gestor da escola tem a obrigação de apontar e vamos penalizar as empresas. Estamos recuperando todas as penalidades que não foram feitas e vamos penalizar as empresas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Por favor, Professora Marli, a senhora já falou. O Secretário vai recepcionar a vossa carta, por favor. Há outras pessoas inscritas que respeitaram a senhora quando falou, agora a senhora respeita. Há outras pessoas inscritas.

Secretário, por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Por favor, encaminhe o documento para a Mesa.

Secretário, para concluir as respostas.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - Vamos receber a senhora.

Voltando, isso está definido por contrato e pelo próprio edital. Então as repetições desses alimentos têm que ser obrigatoriamente fornecidas para as crianças quando solicitam. Já foi dada essa orientação para as escolas. Vamos continuar orientando, como disse, o contrato é muito novo e pode haver diferença de entendimento lá na ponta. Por isso estamos colocando todo mundo na rua.

Agradeço a sua questão porque me ajuda a esclarecer publicamente que essas repetições são permitidas. Por contrato já há muitos anos a empresa tem de colocar um prato tipo ao alcance de visão das crianças para que possam ver as quantidades e variedades dos produtos que tem de ser servidos ali. E a escola tem de acompanhar todo esse processo, verificar quanto foi servido. Pagamos por refeições servidas e se a qualidade e quantidade estão de acordo com o que está escrito e publicado no *Diário Oficial*.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - Ela pode repetir a comida por contrato. Gostaria de ter a lista das escolas que estão proibindo porque publicamente respondo escola a escola quem está proibindo repetir a refeição principal. Podem me passar que respondo publicamente escola por escola se estiver proibindo. E vamos orientar as escolas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – A senhora dirigiu as perguntas, falou na tribuna. Por favor, até para respeitar as demais pessoas que estão inscritas. Perguntei ao Secretário se tinha concluído e ele disse que não. Então provavelmente vai responder a

questão que a senhora formulou.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER - A questão da redução dos ultraprocessados é uma política que vai continuar. Agricultura familiar é uma política que vai continuar, já existe desde 2012. E a questão da marca, é óbvio, nenhum de nós aceita uma prática dessas como razoável, não é correta. E entendo que houve um erro da escola, mas preciso ouvir a Direção da escola e preciso que a escola passe por um processo e possa justificar o que aconteceu, por que aconteceu e como aconteceu.

Hoje estamos num momento em que tudo vai para a internet e para o jornal do jeito que as pessoas querem e depois reclamamos que nos xingamos, mas prefiro esperar os procedimentos normais, corretos que estão na lei e na democracia. E prefiro acreditar que as pessoas são inocentes até que alguém prove que não são. Essa vai ser sempre a minha conduta em relação a quem quer que seja.

Outra questão muito importante é a educação alimentar, aquele guia será feito para isso. Devemos ter um trabalho específico também para a educação alimentar, essa é uma questão de Educação.

A questão do lanche, estamos observando escola a escola, região a região. Verificando que há regiões mais vulneráveis, talvez possamos pensar em fazer algum tipo de flexibilização, mexer no contrato, no edital. Isso não é impossível. Estamos olhando e com a equipe na ponta para verificar a real necessidade de cada região. A Cidade é muito grande, há lugares em que as crianças não comem tudo o que lhes é oferecido e há lugares onde as crianças precisam de mais. Então estamos trabalhando, como disse esse contrato tem só 30 dias, embora esse esquema exista em dois terços das escolas da Cidade já há muito tempo vamos olhar, verificar e o que precisa mexer pontualmente vamos mexer.

Vereadora Sâmia, na verdade não foi um corte no orçamento. O que existe é um contingenciamento que é um congelamento. Não significa que esses recursos não serão nossos até o fim do ano.

Em relação à alimentação escolar, este ano gastamos mais nos primeiros seis meses do que no ano anterior. E vamos gastar mais porque esse contrato novo que entrou agora, como os alimentos são de melhor qualidade do que os anteriores vão ficar mais caros, mas é importante que se dê o melhor que se possa dar para as nossas crianças.

Em relação aos nutricionistas estamos olhando o quadro. Já houve uma conversa sobre isso há duas semanas e organizamos também a questão dos nutricionistas. Não sei se há alguma pergunta que não anotei, Vereadora? Era a questão da redução do recurso para alimentação e a questão dos nutricionistas?

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Também se há algum tipo de previsão de abertura de novo concurso ou de uma demanda para isso. Acho importante aumentar a orientação, a supervisão, não no sentido de punição do corpo docente e trabalhadores das escolas, mas aumentar a orientação sobre a nutrição dentro das escolas, porque está uma sobrecarga com essas nutricionistas. Peguei os dados da DRE Butantã e são somente quatro para 150 escolas.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER – Já estamos fazendo um estudo para verificar se é possível ampliar o quadro lá. É uma questão que o pessoal lá já comentou desde o início do ano.

Acho que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Vamos ouvir agora o Sr. Walter Moita de Melo, na sequência, o Laerte Brasil ou Brasil Laerte.

O SR. WALTER MOITA DE MELO – Boa tarde. Política de Estado só se for estado despotismo como era, opressor, que corta merenda, corta o leite, o que mais querem cortar das nossas crianças pobres, necessitadas da periferia.

Quinze milhões de desempregados, mães e pais jovens, todos desempregados, a única opção é por as nossas crianças na escola para no mínimo ter uma merenda descente, que volte o leite. É incrível um país, o celeiro do mundo, e cortando o leite. Não é para emagrecer não, nós queremos ficar gordos. É opção de cada um. Nós queremos nos alimentar.

Economizar milhões em cima da desgraça, da opressão do pobre. Fazer caixa três, quatro, cinco. Nós queremos nossas crianças fortes, saudáveis. Sem leite, sem merenda, sem fruta, isso cria um desemprego enorme no campo. E as pessoas são demitidas, os fabricantes não vendem, os agricultores não plantam. Demitem milhões de pessoas que não consomem. Criam um estado totalmente desprovido de política pública. Hitler sim, fazia isso e depois punha as crianças no incinerador, detonava, exterminava.

Esse Governo é isso mesmo. Não tem outra palavra a não ser dizer: Hitler II, bandido, marginal. Não podemos aceitar. O leite tem que voltar. Os Vereadores também tem que ir para a rua, para a periferia, descer do salto, apoiar, porque nós somos humildes. O que precisa é vergonha na cara desse Governo opressor.

Nós queremos a criança saudável com uma boa alimentação. E leite sim, o país do leite, 500, 600 milhões de vacas gordas aí nos pastos do agronegócio, do latifundiário, do ruralista e nós não temos leite, o que é isso? Exporta leite para o mundo todo, queijo, manteiga e nossas crianças não têm o mínimo do café da manhã. Isso é uma vergonha. Isso é um crime, genocídio.

Nós queremos uma vida saudável, digna. Defender a criança. Defender o presente e o futuro. Vamos para a rua. Fora Doria.

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Registro a presença dos Srs. Vereadores Gilson Barreto, Juliana Cardoso, Milton Ferreira, Zé Turin e André Santos.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Chanceler Global de Assuntos Diplomáticos da UNESCO, que é uma universidade de massa que estamos organizando em 126 países. Uma das grandes missões primordiais da UNESCO é para se construir uma nova sociedade para o novo mundo do trabalho e do empreendedorismo descente é preciso investir em políticas públicas de ciências sociais, esportivas e culturais para o novo cidadão que é a criança e o

adolescente.

Fizemos uma pesquisa aqui na cidade de São Paulo, Secretário, e 65,8% dos alunos na faixa etária de seis a 18 anos, das escolas públicas e privadas, estão acima do peso e 16,3% são obesas.

Tenho muitos assuntos para pontuar, mas a minha pergunta é a seguinte: defendemos uma política de gestão democrática, popular e participativa dentro das escolas. Outorgamos aos professores, pais e alunos a escolher o tipo de alimentação balanceada e de merenda para cada escola.

Outra pergunta, apresentei no Ministério da Saúde, na 13ª conferência nacional de saúde, que foi a saúde nas escolas. A pergunta nesse programa, para a Secretaria e também para a Secretaria de Saúde, quantos alunos já foram atendidos até agora nesses seis meses do Governo Doria.

Outra pergunta é sobre um programa avançado que defendemos de esporte na escola. A iniciação esportiva dentro das escolas. Encerro por aqui.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Sou do Fórum Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, órgão da sociedade civil, não confundir com o fórum chapa branca criado pelo Governo Municipal.

Primeiro faço uma crítica porque fazemos uma audiência pública em que ouve meia dúzia de pessoas, sendo que qualquer audiência pública nesta Casa ouvem-se 20, 30 pessoas. Está ali o Vereador Gilson Barreto, que já fez audiência que durou quatro horas, não é Vereador?

Então vou fazer as perguntas direto. Primeira, qual foi o estudo técnico específico para cortar 300 milhões do Leve Leite das crianças aqui de São Paulo? Lembrar que para

substituir o cálcio do leite precisaria comer um quilo de verdura. Então quero ver quem vai comer um quilo de verdura.

Pergunta dois, qual o motivo da suspensão dos recursos federais dos últimos quatro anos, se tem a ver com o mau funcionamento do Conselho da Merenda?

Item três, como está o funcionamento do Conselho Alimentar, como são escolhidos esses pais e alunos nas escolas, se está sendo feita a reunião regular e se tem ata?

Pergunta quatro, por que a Secretaria Municipal de Educação sonega informações sobre o relatório das supervisões que vão fiscalizar as escolas? Fazemos o pedido pela lei de acesso à informação e a Secretaria disse que o dado é sigiloso e não pode entregar para ninguém.

Por último, fazer uma crítica à própria fala do Secretário que disse nessa tribuna que acredita na Diretora e não vai fazer uma sindicância. Quer dizer, ele não acredita nos alunos nem nos pais.

Quando ele for à escola, em vez de ouvir a Diretora, que é um cargo muitas vezes indicado ou comissionado, eu gostaria que ele ouvisse os pais, as crianças e a comunidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Registro a presença do nobre Vereador Celso Jatene.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Cumprimento o Secretário e a Patrícia, Vereador Claudio Fonseca na pessoa de todos os Vereadores.

Sou um Vereador de Oposição na Câmara Municipal de São Paulo mas toda vez que pedimos uma audiência para conversar com o Secretário ele nos atende prontamente e atende a comunidade no seu gabinete. Isso é altamente positivo.

Secretário, o senhor falou que aumentaram os gastos com alimentação. Isso é

porque a rede cresceu. Estou com a tabela de posicionamento aqui e vejo que tivemos um corte substancial em várias questões. Por exemplo: arroz branco, menos 22g; filé de pescada ou merluza com legumes, menos 27g.

Então, se estamos comprando menos, diminuindo a porção por criança, e está se gastando mais dinheiro, imagino que estamos atendendo mais crianças. Quero entender isso.

Segundo, o governo municipal vem falando de corte em todas as áreas, que não tem dinheiro, e todo mundo está cansado de escutar isso. Mas na hora que tem esses cortes no posicionamento, o que fica para a rede, para as pessoas que estão na ponta, com menos alimentação, de repente, não consegue atender. Sou Professor da rede municipal e sei que, no fim, a bomba estoura para o Professor ou para o Diretor. É fato. Eu gostaria de saber sobre isso.

A última pergunta é sobre a alimentação orgânica, que vinha crescendo. Inclusive a lei também é de minha autoria, junto com o Vereador Natalini. Essa questão vinha crescendo e estávamos dialogando com o governo passado para aumentar. Existe uma projeção de aumentar a alimentação orgânica, que é muito mais benéfica e mais saudável para os alunos?

Por último, quero fazer um apelo a V.Exa. Os alunos da EMEI Dona Leopoldina escreveram uma carta falando da alimentação. Posso fazer a leitura?

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Nós não temos mais tempo. São 14h56 e ainda ouviremos a nobre Vereadora Adriana Ramalho e, depois, devolveremos a palavra ao Secretário.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, abro mão da minha fala.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Nós podemos fazer essa opção de ouvir a criança, e vai encerrar a audiência pública. Não tem problema. Não será possível porque a audiência tem que se encerrar às 15h, como foi anunciada a regra logo no início para todos. Não é porque este Vereador queira, mas porque o Regimento assim determina.

Tem a palavra a Sra. Adriana Ramalho.

A SRA. ADRIANA RAMALHO – Sr. Presidente, concordo e compactuo com a mesma opinião de vocês. Boa tarde a todos.

Acho que toda forma de esclarecimento é devida, por isso que a gente defende tantas audiências públicas na Casa. E os Secretários estão de parabéns porque, apesar de ser uma obrigação, como a gente tem escutado aqui, eu acho que é importante, diante de históricos anteriores, ressaltar a disposição que os Secretários estão tendo em comparecer e responder a todas as perguntas de forma muito pacífica, mesmo que os ânimos aqui estejam alterados pelo calor da emoção.

Secretário, eu gostaria de saber se há possibilidade de o senhor encaminhar para as duas Comissões, de Saúde e de Educação, o trâmite de todo esse processo que está ocorrendo, tanto o que está em andamento pelo Ministério Público, quanto o que está na instância administrativa, pela própria Secretaria. É somente isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra o nobre Vereador Milton Ferreira.

O SR. MILTON FERREIRA – Cumprimento os senhores presentes. Acredito no trabalho do Sr. Secretário, que já esteve mediante essa secretaria em outra gestão. Agora, há oito meses, como Secretário, nós aqui estamos dando o respaldo. Estamos fazendo a nossa parte, de fiscalização, fiscalizar o Executivo. Os erros têm que ser corrigidos. É claro que nós temos que agradecer e corrigir os acertos.

Essa audiência pública está ocorrendo. O que ocorreu agora, no jornal, que estavam reprimindo alimentação, é claro que não pode acontecer com a criança. S.Exa. aqui foi claro. Nós temos sim que inocentar os inocentes e culpar os culpados. Isso é importante.

Sr. Secretário, alguém falou aqui que os Vereadores não estão andando na periferia. Eu ando sim na periferia da zona Sul, em Guaianases, como médico. Fiz uma reunião

com oito mães. O que as mães que me disseram é que, nas férias e no recesso, elas têm três filhos e não tinham onde fazer a principal alimentação, que é da merenda escolar.

Obrigado, Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Vamos ter que encerrar essa audiência pública.

Tem a palavra o Sr. Secretário, para a conclusão da sua participação.

O SR. ALEXANDRE ALVES SCHNEIDER – Cumprimento aqui os Srs. Walter e Laerte Brasil. O estudo técnico foi feito pelo Departamento de Merenda da Prefeitura, de Alimentação Escolar da Prefeitura. Foi consultada também a Secretaria da Saúde. Qual é o motivo da redução dos recursos? Na verdade, nós chegamos com um déficit de 700 milhões de reais entre aquilo que a secretaria precisaria para gastar o ano todo e aquilo que ela tinha disponível. Então, não houve nenhum corte. O próprio orçamento aprovado, nesta Casa, já veio com um buraco de 700 milhões. A gente está trabalhando muito para não prejudicar as escolas. Com isso, a gente conseguiu manter uma série de programas importantes e chamar mais de seis mil professores. Vamos chamar mais dois e setecentos. com todo o trabalho que a gente teve que fazer, porque a escola não pode ficar sem professor. Além de garantir todos os aumentos salariais acordados nas gestões anteriores, que é nossa obrigação, há gente que está aí há cinco aumentos sem aumento salarial, e a gente está conseguindo manter essa política.

Eu não sei quais são as informações dos supervisores, mas ali a gente tem um departamento que cuida da área de informações. Aquilo que é legal é passado e aquilo que não é legal não é passado. O senhor tem todo direito de recorrer.

Eu ouço pais, ouço crianças e ouço a comunidade. Em relação à escola, volto a dizer que acho que a prática foi errada. Eu fui lá e disse para a diretora da escola que eu achava que a prática dela estava errada. Eu não preciso de intermediário com a rede municipal de educação. O que eu disse aqui é que eu não sou juiz. Não cabe a mim fazer o julgamento.

Há procedimentos que estão previstos na lei para isso, e portanto eu não vou condenar ninguém com base numa notícia de jornal. Eu não faço isso e eu não condeno ninguém antes de ela ter o direito de resposta e ter o devido processo seguido adiante.

O Sr. Toninho não reduziu o posicionamento. Então, eu o convido depois a fazer uma reunião no departamento de alimentação escolar e tirar todas as suas dúvidas. Não se reduziu o posicionamento da alimentação escolar. Isso é importante que todos que aqui saibam, que não só não foi reduzido como se, em algum lugar, se servir menos, é para reclamar e é para apontar, porque nós vamos punir quem quer que seja. Nós estamos punindo. Quem não foi punido há quatro anos, vamos punir qualquer desvio que aconteça em relação à merenda durante a nossa gestão. Por isso inclusive todos os dados em relação à alimentação escolar vão estar na internet, contratos, refeições servidas diárias e licitações. Vai haver uma área pública, para que as pessoas possam colocar denúncias, com fotos etc. e nós vamos ter um sistema, em outubro, aberto para pais, alunos e educadores, para que a gente possa ter clareza e transparência, que é a melhor forma de fazer...

Em relação à questão dos orgânicos, já disse. Até o começo desse ano, só arroz. Neste ano, a gente está ampliando a pauta de orgânicos. Vamos tentar comprar. É difícil fazer isso, mas a gente já abriu várias chamadas agora, para compra de orgânicos. A gente vai encaminhar todas as informações para as duas comissões, e eu estou à disposição para todos que estão aqui e que não se sentiram contemplados, para pessoalmente responder as questões, seja por intermédio das redes sociais, seja pessoalmente mesmo. Eu não tenho nenhum problema em debater com ninguém. Isso pode nos ajudar a melhorar.

Termino dizendo o seguinte: Mais uma vez, essa é uma política que não começou agora. Essa é uma política de Estado. A gente tem melhorias contínuas. Vamos continuar melhorando. O nosso pessoal está na ponta, verificando quais os problemas que existem localmente. Se precisar mudar, nós vamos mudar. Nós não temos compromisso nenhum com o erro, e a gente sabe que esta Cidade é grande o suficiente para ter políticas distintas.

Regionalmente, nós vamos adotá-las. Basicamente é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Quero agradecer o Sr. Secretário Alexandre Schneider, a coordenadora de alimentação escolar, que compareceram aqui a esta comissão e os Srs. Vereadores Arselino Tatto, Eliseu Gabriel, Toninho Vespoli, Celso Jatene e David Soares, membros da comissão de educação e atenderam à antecipação de horário. Essa reunião se reúne regularmente às 14 horas. Ela passou às 13h30min. Agradeço os membros da comissão de Saúde, Vereadora Adriana Ramalho e Vereadores Milton Ferreira, Sâmia Bomfim, Gilberto Nascimento, Noemi Nonato, Juliana Cardoso e Rute Costa.

Encerrando essa audiência pública, agradeço todos que compareceram. Peço desculpas às Sras. Margarida Genofre e Marcela Campos e aos Srs. Marcelo Cardinali, Romani, Felipe, Simone, Pérola, José Henrique, André Luze, Célia Cordeiro, do Sinpeem, Carolina Borges, munícipe e Mariana Marcon.

Está encerrada essa audiência pública.

